

Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. CNPJ/MF 07.869.893/0001-55 www.spicbrasil.com.br

Balancos Patrimoniais - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Passivo Circulante Fornecedores Empréstimos, financiamentos e debêntures

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

8. Transações com partes relacionadas: Natureza 2022 2021

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Aumento (diminuição) de passivos operacionais

Reserva de Lucros ou de Prejuízos acumulados

Balanco patrimonial Passivo Pacifico Hydro Energia do Brasil (a)

Lucro líquido do exercício

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Capital social Reserva de lucros ou de prejuízos acumulados

Imposto de renda e contribuição social pagos

10. Imobilizado: Obras em andamento, móveis e utensílios, instalações e equipamentos

Gerador do valor adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional: A Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em fevereiro de 2006, com sede em Mataracá, no Estado da Paraíba, sendo que suas atividades operacionais foram iniciadas em 14 de janeiro de 2010.

Resolução Despacho Empreendimento Energia contratada

Taxas anuais médias de depreciação % histórico

Atividade não vinculada à concessão

2022 (não auditado) 2021

Esses contratos foram homologados pela Resolução RES nº 009/2005, de 13 de janeiro de 2005, e firmados com a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. por um prazo de 20 anos a partir de 19 de junho de 2009.

Atividade não vinculada à concessão

Taxas anuais médias de depreciação % histórico

2022 (não auditado) 2021

2.1. Declarações de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Atividade não vinculada à concessão

Taxas anuais médias de depreciação % histórico

2022 (não auditado) 2021

3. Políticas contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvem a preparação das demonstrações contábeis e são afetadas por julgamentos da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Atividade não vinculada à concessão

Taxas anuais médias de depreciação % histórico

2022 (não auditado) 2021

4. Caixa e equivalentes de caixa: O balanço patrimonial da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, apresenta caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 100.483 mil.

Atividade não vinculada à concessão

Taxas anuais médias de depreciação % histórico

2022 (não auditado) 2021

5. Contas a receber de clientes: O balanço patrimonial da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, apresenta contas a receber de clientes no valor de R\$ 52.384 mil.

Atividade não vinculada à concessão

Taxas anuais médias de depreciação % histórico

2022 (não auditado) 2021

6. Impostos a recuperar: O balanço patrimonial da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, apresenta impostos a recuperar no valor de R\$ 59 mil.

Atividade não vinculada à concessão

Taxas anuais médias de depreciação % histórico

2022 (não auditado) 2021

7. Depósitos judiciais e cauções vinculados: O balanço patrimonial da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, apresenta depósitos judiciais e cauções vinculados no valor de R\$ 247 mil.

Atividade não vinculada à concessão

Taxas anuais médias de depreciação % histórico

2022 (não auditado) 2021

8. Provisões para contingências: O balanço patrimonial da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, apresenta provisões para contingências no valor de R\$ 1.142 mil.

Atividade não vinculada à concessão

Taxas anuais médias de depreciação % histórico

2022 (não auditado) 2021

9. Provisões para contingências: O balanço patrimonial da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, apresenta provisões para contingências no valor de R\$ 1.142 mil.

Atividade não vinculada à concessão

Taxas anuais médias de depreciação % histórico

2022 (não auditado) 2021

10. Provisões para contingências: O balanço patrimonial da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, apresenta provisões para contingências no valor de R\$ 1.142 mil.

Atividade não vinculada à concessão

Taxas anuais médias de depreciação % histórico

2022 (não auditado) 2021

11. Provisões para contingências: O balanço patrimonial da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, apresenta provisões para contingências no valor de R\$ 1.142 mil.

Atividade não vinculada à concessão

Taxas anuais médias de depreciação % histórico

2022 (não auditado) 2021

12. Provisões para contingências: O balanço patrimonial da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, apresenta provisões para contingências no valor de R\$ 1.142 mil.

Atividade não vinculada à concessão

Taxas anuais médias de depreciação % histórico

2022 (não auditado) 2021

13. Provisões para contingências: O balanço patrimonial da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, apresenta provisões para contingências no valor de R\$ 1.142 mil.

Atividade não vinculada à concessão

Taxas anuais médias de depreciação % histórico

2022 (não auditado) 2021

14. Provisões para contingências: O balanço patrimonial da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, apresenta provisões para contingências no valor de R\$ 1.142 mil.

Atividade não vinculada à concessão

Taxas anuais médias de depreciação % histórico

2022 (não auditado) 2021

15. Provisões para contingências: O balanço patrimonial da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, apresenta provisões para contingências no valor de R\$ 1.142 mil.

Atividade não vinculada à concessão

Taxas anuais médias de depreciação % histórico

2022 (não auditado) 2021

16. Provisões para contingências: O balanço patrimonial da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, apresenta provisões para contingências no valor de R\$ 1.142 mil.

Atividade não vinculada à concessão

Taxas anuais médias de depreciação % histórico

2022 (não auditado) 2021

17. Provisões para contingências: O balanço patrimonial da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, apresenta provisões para contingências no valor de R\$ 1.142 mil.

Atividade não vinculada à concessão

Taxas anuais médias de depreciação % histórico

2022 (não auditado) 2021

18. Provisões para contingências: O balanço patrimonial da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, apresenta provisões para contingências no valor de R\$ 1.142 mil.

Atividade não vinculada à concessão

Taxas anuais médias de depreciação % histórico

2022 (não auditado) 2021

19. Provisões para contingências: O balanço patrimonial da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, apresenta provisões para contingências no valor de R\$ 1.142 mil.

Atividade não vinculada à concessão

Taxas anuais médias de depreciação % histórico

2022 (não auditado) 2021

-> continuação		Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021 da Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação)	
<p>A interpretação do ICP 22 determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer o valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido. Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Companhia conclui que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisdição tributária sendo que, por essa razão, a Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos refletem os efeitos fiscais futuros atribuíveis ao prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos refletem os efeitos fiscais futuros atribuíveis à diferença entre a taxa de depreciação utilizada pela Companhia para fins fiscais e para fins contábeis.</p>			
		31/12/2022	31/12/2021
Prejuízos Fiscais		7.002	6.298
IRPJ		2.520	2.267
CSLL		9.522	8.565
<p>O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:</p>			
		Ativo	Passivo
		Não Circulante	Não Circulante
		31/12/2022	31/12/2021
Natureza dos Cálculos		2022	2021
Prejuízos Fiscais		19.464	21.905
Base negativa da contribuição social		7.007	7.886
Diferenças Temporárias		-	-
Adições temporárias		396	294
Amortizamentos de terras		1.358	1.124
Depreciação		-	18.827
Outros		134	-
Total		1.878	1.418
Total bruto		28.349	31.209
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(18.827)	(22.644)
Total		9.522	8.565
<p>Com base na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia prevê recuperar os créditos tributários nos seguintes exercícios:</p>			
Créditos tributários		2022	2021
2023		3.320	3.401
2024		3.401	3.828
2025		3.828	4.013
2026		4.013	11.909
2027 - 2029		11.909	26.471
<p>As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:</p>			
		IRPJ/CSLL	2022
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		27.442	15.969
Alíquota		34%	34%
IRPJ e CSLL		(9.330)	(5.430)
<p>Ajustes para refletir a alíquota efetiva</p>			
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		2.579	1.659
Adições Permanentes		(37)	(24)
Adições temporárias		(4.185)	(4.202)
CPC 06 - Arrendamento		(92)	(92)
Compensação de Prejuízos Fiscais		3.320	2.427
<p>Outros</p>			
Incentivos fiscais		4.415	2.977
Lucro da Exploração		24	24
Adicional (10%)		(787)	-
IRPJ e CSLL de exercícios Anteriores		(4.093)	(2.661)
Despesa de IRPJ e CSLL		-14,92%	-16,66%
Alíquota efetiva		-	-

17. Outros passivos: O saldo de R\$6.253 refere-se ao ajuste negativo da geração de energia elétrica nos contratos com a Eletrobrás, onde a geração de energia elétrica disponibilizada no ano foi menor que a contratada, gerando um saldo redutor que será discutido no ano seguinte. **18. Patrimônio líquido:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia é de R\$93.276, representados por 93.275.607 ações ordinárias, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio: Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2022, a Companhia a destinação dos lucros são apresentadas da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro a ser destinado:	24.306	15.176
Lucro líquido apurado no exercício	-	-
Lucros (Prejuízos) acumulados	24.306	15.176
Lucro líquido ajustado	(1.215)	(759)
Constituição da reserva legal - 5%	(4.415)	(2.977)
Reserva de incentivo fiscal (a)	(7.587)	(4.878)
Dividendos intermediários e JSCP	11.089	6.562
Destinação do lucro: Reserva de Lucros	11.089	6.562

a) Refere-se a benefício fiscal homologado pela SUDENE para redução de imposto de renda de acordo com as regras para o lucro da exploração.

18.1. Reservas de lucro:

Reservas de lucro: Reserva legal 2.542 1.327
Reserva de incentivo fiscal 10.946 6.531
Reserva de retenção de Lucros 21.893 10.804
Total 35.381 18.662

19. Resultado por ação: O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes. Para o cálculo do resultado básico por ação, a Companhia considerou a atual composição de ações ordinárias também para o exercício comparativo, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41. Assim, tanto o numerador (lucro líquido do exercício) quanto o denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis. O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia não possui instrumentos potenciais diluidores do resultado por ação. A tabela a seguir apresenta o lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	93.276	93.276
Denominador (em milhares de ações)	0,2606	0,1627
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)	67.931	59.490
Suprimento mercado livre	67.931	59.490
Receita operacional bruta	67.931	59.490
(-) Deduções à receita operacional	(6.284)	(5.503)
PIS/COFINS	(6.284)	(5.503)
Total deduções da receita operacional	(6.284)	(5.503)
Receita operacional líquida	61.647	53.987

21. Nota de gastos:

	De	De	De	De
	Gerais	Gerais	Gerais	Gerais
	operação e Adm.	operação e Adm.	operação e Adm.	operação e Adm.
Encargos de uso do sistema de distribuição	3.758	-	3.758	3.710
Pessoal	-	-	-	-
Administradores (a)	5.134	5.134	4.129	4.129
Material (a)	220	75	295	125
Serviços de terceiros (a)	9.754	2.626	12.380	8.434
Depreciação (a)	12.471	756	13.227	12.423
Amortização (a)	2.132	140	2.272	1.866
Provisões civis, fiscais e trabalhistas	-	-	-	71
Aluguéis e arrendamentos (a)	55	319	374	-
Outras (a)	(458)	445	(9)	(22)
Total	27.932	9.499	37.431	26.607

a) Os gastos gerais e administrativos referem-se ao compartilhamento de custo de pessoal, materiais e serviços entre a Companhia e sua Controladora.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectar as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base

	2022	2021
22. Resultado financeiro:		
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias	6.126	1.563
Renda de aplicações financeiras	57	57
Descontos Obtidos	308	39
Variação monetária	(307)	(77)
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	6.185	1.582
Receitas financeiras total	6.185	1.582
Despesas financeiras		
Encargos de dívida	(1.713)	(2.846)
Empréstimos e financiamentos	(945)	(879)
AVP - Ajuste a valor presente	(298)	(744)
Provisão para descomissionamento	-	-
Variação monetária	(2.959)	(1.343)
Despesas financeiras total	(3.226)	(4.259)
Total resultado financeiro	2.959	(1.343)

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: **Reconhecimento e mensuração:** O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios em que os ativos são administrados. O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. **Redução ao valor recuperável:** O CPC 48 substitui o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data-base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por índice de vencimento das contas a receber. A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perda esperada no período, pois de acordo com sua avaliação o risco de perda associado a realização dos créditos é baixo e não históricos de perda. **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos:** O CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco estabelecidas pela Administração, aplicando uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para a efetividade do hedge. A nova norma vem introduzir um modelo menos restritivo ao hedge, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de taxa de juros; • Risco operacional; • Risco de liquidez; As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações. a) Risco de crédito: O risco surge de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seu cliente. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais. Em 31 de dezembro de 2021, a exposição máxima era de R\$ 11.234 (R\$10.265 em 2021) referente a contas a receber. A Companhia entende que o risco de crédito de seu cliente a receber é baixo, não sendo identificado históricos de perdas. b) Risco de taxa de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos seus empréstimos e financiamentos. A Companhia possui financiamento de longo prazo com índice atrelado à TJLP. Análise da sensibilidade dos passivos financeiros: Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da TJLP para financiamentos junto ao BNDES. Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data de 31 de dezembro de 2022, foram definidos cinco cenários diferentes e com base nos valores da TJLP em 2022, foi definido o cenário provável

e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%, para mais e para menos. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2022. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2022 projetando os índices para um ano e verificando a sua sensibilidade em cada cenário.

Operação	Saldo em 31/12/2022	Taxa	Cenário I (0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (0,25)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
Financiamento BNDES	10.371	TJLP ou I	208	214	220	226	231
Taxa sujeita a variação		8,87%					

c) Risco operacional: Risco quanto à escassez de ventos por período prolongado, podendo acarretar perdas para Companhia. d) Risco de liquidez: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de compromissos contratuais dos passivos financeiros da Companhia:

	31/12/2022					31/12/2021
	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	1.114	-	-	-	-	1.114
Empréstimos e financiamentos	-	10.371	-	-	-	10.371
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	650
Arrendamentos e aluguéis	337	1.052	6.867	3.031	11.287	11.788
Total	1.451	11.423	6.867	3.031	22.772	44.338

e) Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2022		31/12/2021		Categoria
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	54.886	54.886	52.384	52.384	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	11.234	11.234	10.265	10.265	amortizado
Outros ativos	989	989	2.287	2.287	Custo amortizado
Depósitos judiciais e cauções	8.224	8.224	7.550	7.550	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros					
Financiamentos e empréstimos	10.371	10.371	29.587	29.587	Custo amortizado
Arrendamentos e aluguéis	11.287	11.287	11.788	11.788	amortizado
Partes relacionadas	-	-	650	650	Custo amortizado
Fornecedores	1.114	1.114	2.313	2.313	Custo amortizado

f) Hierarquia de valor justo: A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes à Caixa e equivalentes de caixa e Depósitos judiciais e cauções, conforme tabela acima. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2 - inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **24. Seguros:** A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. (não auditado). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém seguros para responsabilidade civil no montante de R\$30.000 com período de vigência de 30/11/2022 a 30/11/2023, D&O (Directors and Officer) no montante de R\$120.000 (limite compartilhado com outras empresas do grupo SPIC) com período de vigência de 08/11/2022 a 08/11/2023, riscos operacionais no montante de R\$280.270 e lucros cessantes no montante de R\$109.054, ambos com período de vigência de 30/11/2022 a 30/11/2023. Os seguros contratados englobam a controladora da Companhia, Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. e suas controladas.

Composição da Diretoria

Adriana Waltrick - Diretora Geral
Paulo Dutra - Diretor Financeiro
Valéria Lopes de Souza - Controladora - CRC-1SP145065/O-9-S-PB

São Paulo, 6 de abril de 2023

PwC
PricewaterhouseCoopers
Auditor Independente Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Controlador CRC 1BA029904/O-5